



XI ENCONTRO PAULISTA DE BIODIVERSIDADE

Evolução dos projetos com PSA em São Paulo

HELENA CARRASCOSA VON GLEHN

Unidade de Gestão de Projetos
Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente de São Paulo



| Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

São Paulo, 10 de outubro de 2019

PSA EM SÃO PAULO

- Previsto em lei (PEMC - Lei estadual 13.798/2009)
 - Remuneração por ações que promovam a conservação ou sequestro de carbono **E** a conservação da biodiversidade e da água;

CLIMA + BIODIVERSIDADE + ÁGUA

- Prevê PSA para ecossistemas naturais e sistemas produtivos sustentáveis

- Regulamentado em decreto (Decreto estadual 55.947/2010): estabelece diretrizes, requisitos, teto de valores, orientações gerais
- Cada projeto é definido em resolução SMA, o que possibilita projetos “customizados”, desenhados para áreas geográficas determinadas ou serviços ambientais específicos e com diferentes arranjos para implementação:
 - Proteção de mananciais de abastecimento
 - Restauração de mata ciliar
 - RPPN, APA, bacias hidrográficas
 - Incentivo para a criação de Áreas de Soltura e Monitoramento de fauna
 - Controle de espécies invasoras
 - Etc.

Recursos para os projetos

Fontes potenciais:

- Recursos do Estado (FECOP, PDRS, etc.)
- Cooperação internacional (GEF- Projeto Bacia do Paraíba do Sul)
- Cobrança pelo uso da água: decisão de comitês de bacia
- Carbono (MDL, mercados voluntários, mercado nacional/estadual)
- Mercados de ativos ambientais (CRA - Reserva Legal)
- Compensações ambientais (Programa Mata Ciliar)
- Conversão de multas
- Fundo Federal/Nacional de PSA (PL federal 792/2007): ?

Oportunidade: Associar financiamentos reembolsáveis e PSA (sistemas produtivos sustentáveis)

Arranjos para implementação

Implementação direta:

- Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição - FECOP
- Fundo de Expansão da Agropecuária paulista - FEAP (no âmbito do PDRS – Microbacias II)
- FINATEC (Projeto Conexão Mata Atlântica)

Parceria com Prefeituras:

- Inserção da dimensão local (prioridade, critérios)
- Ampliação da capacidade operacional
- Seleção dos provedores pela prefeitura
- Recursos do Estado para os pagamentos

- Projeto Mina d'Água: Resolução SMA nº 123/2010
- PSA RPPN: Resolução SMA 89/2013, Resolução Conjunta SMA/FF nº 02/2018
- PSA para Áreas de Soltura e Monitoramento de Fauna Silvestre: Resolução SMA nº 58/2016
- PSA Mata Ciliar: Resolução SMA nº 142/2017
- PSA Proteção: Resolução SMA nº 086/2017
- PSA Uso Múltiplo: Resolução Conjunta SMA/FF nº 01/2018

Projeto Mina d'Água

- Objetivo: proteção de nascentes em mananciais de abastecimento
- Etapa 1 executada
- Implantado em parceria com municípios
- Recursos do FECOP (Estado) repassados para as prefeituras
- Contratação e pagamentos aos provedores pelas prefeituras
- Abrange apenas nascentes (até 4 por participantes)
- Avaliação de Impacto com apoio do BIRD
- Implementação morosa (muitas decisões e regras a serem definidas pelas prefeituras, critérios complexos para definição de valor)
- Baixa adesão (baixo valor por contrato, contexto desfavorável pela alteração do Código Florestal)

PSA RPPN

- Objetivo: melhorar a gestão das Reservas Particulares de Proteção Natural e incentivar a criação de novas
- Em execução: agente técnico Fundação Florestal
- Recursos do FECOP (tesouro)
- Contrato direto com proprietário da RPPN
- 1º edital em outubro de 2013: 11 RPPN, 1.900 ha, R\$2 milhões em 5 anos
- Já é possível observar melhoria na gestão
- 2º edital em fevereiro de 2015: 8 RPPN, 770 ha, R\$790 mil em 5 anos
- 3º edital em fase de contratação

PSA Mata Ciliar

- Objetivo: incentivar a proteção de vegetação nativa e áreas em restauração ameaçadas pela presença de gado
- Executado em 2018
- Recursos do PDRS (financiamento do Banco Mundial)
- Execução financeira pelo FEAP/SAA
- 79 produtores apoiados, R\$1,1 milhão
- 150 km de cerca implantados

PSA Proteção

- Em execução no Projeto Conexão Mata Atlântica (2017/2021)
- Recursos do GEF (US\$ 3,2 milhões)
- Meta: 14.300 ha, 1.300 contratos
- Incentivos para a conservação e restauração de vegetação nativa
- Seleção por leilão reverso
 - Avaliar a real disponibilidade a participar
 - Maior eficiência na alocação de recursos
- Resultados até setembro de 2019:

Propostas selecionadas	438
Área total selecionada (ha)	11.346,87
Área média por provedor (ha)	25,91
Valor total (R\$)	9.083.679,21

PSA Uso Múltiplo

- Em execução no Projeto Conexão Mata Atlântica (2017/2021)
- Recursos do GEF (US\$6,2 milhões)
- Meta: 5.000 ha, 560 contratos
- Incentivos para:
 - Conservação/restauração de vegetação
 - Conversão de sistemas produtivos para manejo mais sustentável
 - Sistema agroflorestal
 - Sistema silvipastoril
 - Florestas nativas para exploração
 - Florestas nativas para proteção (APP, corredores, etc.)

Resultados acumulados até 25/9 C2-SP (112 contratos)

	Linha de Base	Ano 2	diferença (A2-LB)
Floresta nativa protegida (inicial, médio, avançado e primária) (ha)	1.672	1.840	168
Pastagem piqueteada e manejada (ha)	149	746	597
Culturas anuais e perenes sob manejo agroecológico (ha)	29	91	62
Sistemas Agroflorestais (ha)	7	27	20
Florestas multifuncionais (ha)	5	60	55
Total usos-alvo (ha)	1.862	2.762	900
Média (ha/participante)	16	24	8
Percentual do imóvel com usos alvo	50	74	24

“Se todo mundo quer ouvir o canto do passarinho, têm que nos ajudar a pagar a conta do alpiste”

José Augusto Baldassari
produtor rural de Franca/SP

HELENA CARRASCOSA VON GLEHN
Unidade de Gestão de Projetos
Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente de São Paulo

hcarrascosa@sp.gov.br